

Relatório de gestão da Diretoria Executiva

2021/2022



Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege)

Associação civil de âmbito nacional que atua como órgão permanente de coordenação e articulação dos interesses das Defensorias Públicas existentes no Brasil com o objetivo de promover e incentivar boas práticas administrativas e de gestão, visando o aperfeiçoamento institucional.

Sede administrativa:

SIA Sul Trecho 17, Rua 07, Lote 45, 3º
Andar, Sala 301,
Bairro Zona Industrial, Cidade Guará,
Brasília – Distrito Federal CEP: 71200-219

Domicílio especial - gestão 2021/2022:

Quadra AA SE 50 (antiga, Q. 502 Sul)
Avenida Joaquim Teotônio Segurado,
s/n - Plano Diretor Sul, Palmas - Tocantins,
CEP: 77021-654

condege.org.br



Apresentação

O presente relatório anual de atividades da Diretoria Executiva da Gestão 2021/2022 objetiva dar cumprimento ao disposto no art. 32 do Estatuto Social do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), no qual cabe apresentar ao Colegiado Pleno, amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pela atual Gestão.

Nesse contexto, este documento público apresenta as principais atuações da Diretoria Executiva 2021/2022, demonstrando um significativo avanço e crescimento institucional, sobretudo quanto ao engajamento e unidade de cada componente do Condege, bem como o apoio irrestrito das defensoras e defensores públicos-gerais na Defensoria Pública nos Estados.

Sumário

Diretoria Executiva do Condege 2021/2022.....	5
Carta da Presidente do Condege	6
As reuniões do Condege no Brasil gestão 2021/2022	7

Inovações na estruturação do Conselho Nacional	8
Novo Estatuto Social.....	9
Inclusão de gênero.....	9
Do papel para o digital.....	9
Informação eletrônica.....	10
Sistema Integrador de Defensorias.....	10
Expresso Condege	10

Avanços no fortalecimento institucional	11
Condege e Departamento Penitenciário Nacional: por mais ações de assistência jurídica gratuita	12
Condege e Gaets: Termo de Cooperação para atuação junto aos tribunais superiores.....	13
Comissão Especializada em Atuação nos Tribunais	13
Condege e Gaepe-Brasil: Pacto Nacional Pela Educação	14
Pacto Nacional Pela Infância: Condege e CNJ.....	14
Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2022.....	15
Condege e Anadep: atuação estratégica em defesa da missão defensorial.....	17

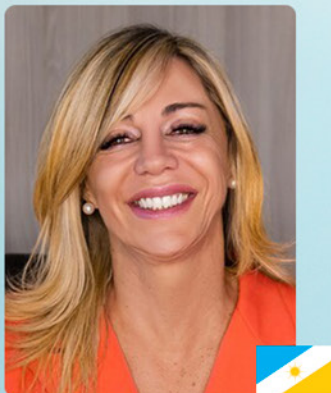
Poder de requisição: Condege em atuação histórica	18
“Defensoria, sim!” no Supremo Tribunal Federal.....	19
Atuação incansável em defesa do exercício da requisição.....	20
Estudo Condege: diagnóstico nacional e fonte confiável de informação	21

Iniciativas que fazem a diferença.....	22
Meu Pai Tem Nome:	
atuação extrajudicial pela garantia de direitos.....	23
Defensoria Pública em atuação unificada.....	24
Repercussão positiva sobre o atendimento às pessoas que mais precisam.....	25
Condege e Defensoria Pública antirracistas.....	26

Relações político-institucionais e opinião pública.....	27
Postura propositiva com o Poder Judiciário e entidades	28
“A Defensoria Pública é força ativa da Constituição”	30
Diretoria Executiva atuante sobre pautas no Congresso Nacional.....	31
Atenção especial às relações com os Poderes nos Estados.....	32
Comunicação com transparência, inovação e resultados.....	34

Comissões Especializadas	36
Um trabalho focado em estudos e no aprimoramento	37
Ações em destaque das Comissões	38

Diretoria Executiva do Condege 2021/2022



Presidente:
Estellamaris Postal
(Tocantins)



Vice-presidente:
Domilson Rabelo
(Goiás)



Secretário-geral:
Rafson Saraiva Ximenes
(Bahia)



Secretário-adjunto:
**Rodrigo Baptista
Pacheco**
(Rio de Janeiro)



**Coordenador das
Comissões:**
**Clodoaldo Aparecido
Gonçalves de Queiroz**
(Mato Grosso)



Foto: Canva / Divulgação

Carta da presidente do Condege

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



O Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos -Gerais (Condege) finaliza mais um ano, com expressiva ascensão na consolidação do seu compromisso institucional; ser reconhecido como referência na disseminação das práticas exitosas no âmbito da Instituição e na integração com a sociedade.

Este ciclo simboliza um largo passo na história institucional, delineada pela cooperação mútua em benefício de uma atuação coesa e eficiente.

A cooperação e a troca de experiências para o contorno de um futuro próspero foram ações que ressignificaram a atuação, aprimoraram muitas das nossas ferramentas e redimensionaram o nosso papel.

Em harmonia com a Constituição Federal, o **Condege** tem se dedicado a reafirmar a unidade institucional da Defensoria Pública em favor dos interesses da coletividade hipossuficiente. Também tem se mantido atento às pautas da atual agenda brasileira que produzam impactos na atuação defensorial.

É nesse contexto, que foram realizadas diversas ações voltadas à reestruturação e à modernização administrativa do **Condege**, as quais compõem o presente documento.

Assim, sistematizado na transparência institucional, o **Condege** apresenta este Relatório de Gestão de forma consolidada, o qual contém a síntese das atividades desempenhadas. Também retrata a concretização dos esforços empreendidos com o intuito de fomentar atividades que contribuam para o reconhecimento

da instituição como eficiente, transparente e inovadora.

Insta ressaltar, que este relatório é resultado do empenho coletivo de todos que compõem o **Condege** e aqui, aproveito para registrar os meus sinceros agradecimentos!

O Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais, portanto, pretende prosseguir com sua atuação alinhada aos anseios da sociedade, como Órgão de caráter nacional e concretizador do fortalecimento da Defensoria Pública, em favor dos vulneráveis.

Faço votos de uma excelente leitura!

ESTELLAMARIS POSTAL

Presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais

As reuniões do Condege no Brasil gestão 2021/2022



Leia o QR code e confira a reunião em cada estado.

ou acesse:
<http://condege.org.br/arquivos/3027>



58ª – Belém / PA



60ª – Macapá / AP



53ª – São Luís / MA



61ª – Fortaleza / CE



56ª – Recife / PE



52ª – Palmas / TO

63ª – Palmas / TO



62ª – Brasília / DF



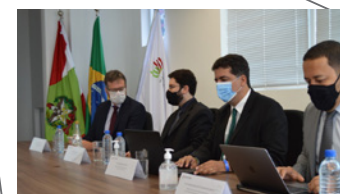
59ª – Salvador / BA



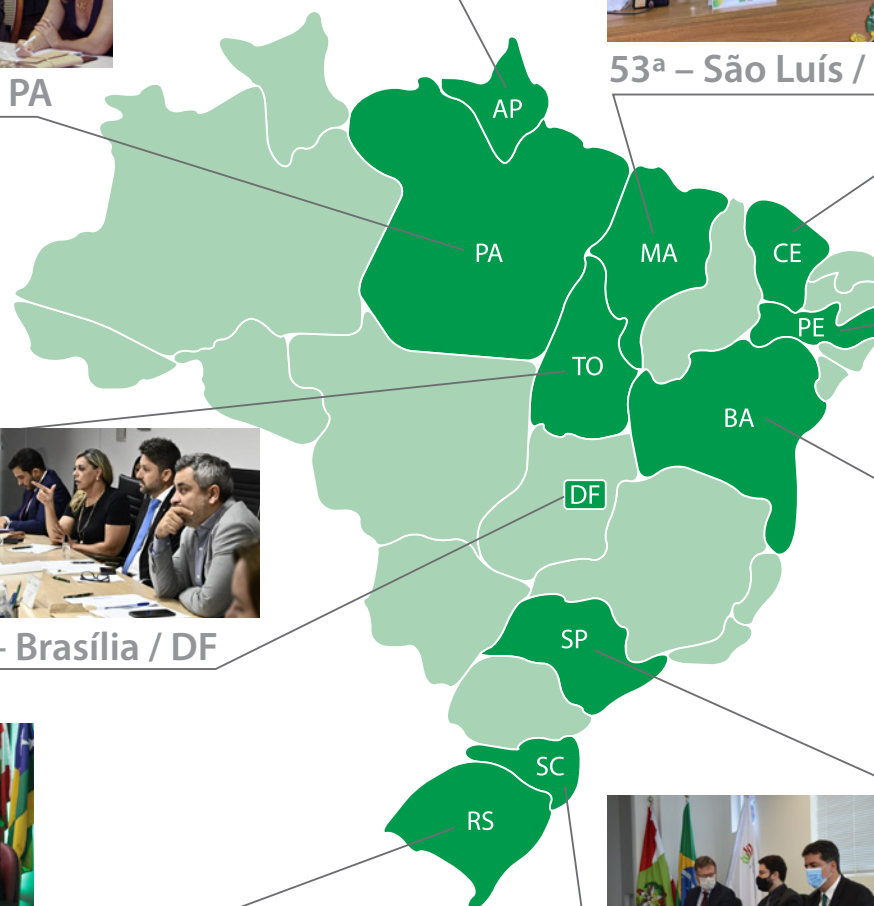
55ª – São Paulo / SP



54ª – Porto Alegre / RS



57ª – Florianópolis / SC



INOVAÇÕES NA ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL



Inovações na estruturação do Conselho Nacional

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO



Proposta de novo Estatuto Social foi revisada, votada e aprovada por membros do Condege que participaram presencialmente e online da 52ª reunião ordinária

Inclusão de gênero

Com o novo estatuto, a nomenclatura “Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais”, passou a ser “Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais”. Uma mudança relevante, a fim de dar visibilidade à necessidade do debate sobre gênero e demonstrar o apoio e defesa do Condege às demandas da Defensoria Pública nos Estados pelo direitos das mulheres e em ações e mobilizações pela equidade.

Novo Estatuto Social

Reformulação do Estatuto Social do Condege, aprovado em reunião ordinária realizada em julho de 2021.

Consultar o Estatuto.



Do papel para o digital

Mais de nove mil páginas de documentos digitalizadas, a fim de aprimorar e concretizar o princípio da eficiência nas rotinas de trabalho do Conselho. Todo o acervo de documentos do Condege, agora digitalizado, **ocupava 23 caixas.**

Inovações na estruturação do Conselho Nacional

Informação eletrônica

Implantação do Serviço Eletrônico de Informação (SEI) para organização de demandas e atividades relacionadas ao Condege, assegurando eficiência e otimizando o desenvolvimento de atividades administrativas. Disponível 24 horas por dia, sete dias por semana.



Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO

Sistema Integrador de Defensorias

Software desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) para o Condege, a fim de viabilizar o peticionamento integrado. O uso do sistema otimiza a comunicação entre as Defensorias Públicas por meio do acesso a um painel onde podem ser acompanhados os andamentos de todas as solicitações enviadas e/ou recebidas.

Assista ao vídeo
e saiba mais:

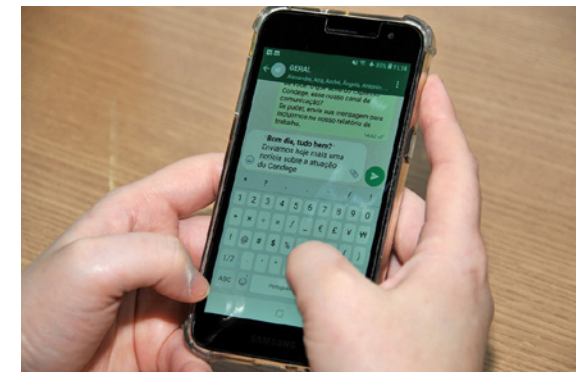


Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO

Expresso Condege

Implantação do serviço integrado de comunicação, via aplicativo WhatsApp, entre o Conselho Nacional e seus integrantes e equipes diretas de trabalho. Muito mais que uma lista de transmissão, o Expresso Condege foi criado para ser uma comunicação agradável e otimizar o envio e recebimento de informações utilizando a linguagem própria de conversas em aplicativos, sem perder o foco na informação qualificada.

Conheça o serviço
clcando aqui.



AVANÇOS NO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



PESQUISA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

2022

Prefácio por
Bryant G. Garth

CNCG

Realização
CONDEGE

DPU

Apoio
Anadef

DEFENSORIA PÚBLICA
PESQUISA NACIONAL

Foto: freepik.com / Divulgação

Condege e Departamento Penitenciário Nacional: por mais ações de assistência jurídica gratuita

Foto: Assessoria de Comunicação Depen / Divulgação



Diretoria Executiva do Condege, defensoras e defensores públicos-gerais, Anadep e Diretoria-Geral do Depen

A articulação institucional com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) foi um marco nas atuações pela garantia de assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade para custodiados(as) no Brasil. A publicação de edital do Depen, em maio de 2022, selou o compromisso mútuo demonstrado em

audiência entre Condege, Departamento Penitenciário Nacional e Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), tendo em vista que o objetivo do chamamento público para Defensorias Públicas Estaduais e Distrital é a seleção de projetos relacionados à assistência jurídica para pessoas presas.

R\$ 30 milhões

Esse é o valor total a ser repassado por meio de convênios para a execução de projetos de Defensorias Públicas para a assistência jurídica de pessoas presas. Recurso do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Reunião com o Depen

Da Diretoria Executiva do Conselho Nacional, participaram da reunião a presidente do Condege, Estellamaris Postal, e o vice-presidente Domilson Rabelo Júnior. A atuação foi realizada em conjunto com a Anadep, representada por sua presidente, Rivana Ricarte. Também participaram da reunião as defensoras e defensores públicos-gerais do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Sergipe, Maranhão, Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Amazonas, Paraná, São Paulo, Piauí, Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Saiba mais sobre essa audiência. Clique aqui.



Condege e Gaets: Termo de Cooperação para atuação junto aos tribunais superiores

Com o Termo de Cooperação entre Condege e o Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (Gaets), com Defensorias Públicas nos Estados, o Gaets passa a executar a atuação estratégica conjunta dessas Defensorias perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O grupo poderá intervir na qualidade de *amicus curiae*.

Relembre essa atuação clicando aqui.



Foto: Lucas Fernandes / Ascom DPE-BA

Assinatura do Termo foi feita em fevereiro de 2022, durante a 59ª reunião ordinária do Condege, realizada em Salvador (BA)

Comissão Especializada em Atuação nos Tribunais

Criada, no âmbito do Condege, a comissão especializada em atuação nos tribunais, o que foi deliberado em reunião ordinária realizada em abril de 2022 em Fortaleza (CE).

Condege e Gaepe-Brasil: Pacto Nacional Pela Educação

Reprodução / TV Câmara



Clique aqui e assista ao vídeo do Condege exibido na sessão da Comissão de Educação da Câmara Federal em 17/11/2021.

camara.leg.br | 0800 0 619 619

Reunião Deliberativa

Rodrigo Azambuja, defensor público no Estado do Rio de Janeiro e coordenador da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente do Condege, representou o Conselho no lançamento do Pacto Nacional Pela Educação

O Pacto firma o compromisso de órgãos públicos e entidades da sociedade civil em atuar com diálogo, cooperação e ações articuladas em prol do avanço das políticas públicas de Educação, com foco na garantia do direito ao acesso à escola, permanência e aprendizagem dos estudantes de todo o Brasil, especialmente os mais vulneráveis. A adesão concretizou a participação do Condege no Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil).

Pacto Nacional Pela Infância: Condege e CNJ

Reprodução plataforma videoconferência Zoom



Condege presente em iniciativas do CNJ: apoio a ações de promoção de direitos

Parte do projeto “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, do Conselho Nacional de Justiça, o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância contou com a participação do Condege.

Relembre essa atuação clicando aqui.





Foto: DPE-BA / Divulgação

Uma iniciativa parte do projeto Global Access to Justice (Acesso Global à Justiça). Clique aqui.

Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2022

Conduzida conjuntamente pelo Condege, Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas dos Estados, Distrito Federal e União (CNCG) e Defensoria Pública da União (DPU), com o apoio da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef).

“(...) é a maior pesquisa empírica sobre acesso à justiça já realizada no Brasil e, surpreendentemente, foi conduzida nas circunstâncias dramáticas da pandemia de Covid-19 no Brasil, (...). A pesquisa fornece material histórico para situar a Defensoria Pública na história brasileira e na estrutura política e jurídica de hoje. (...)”.

Bryant Garth

professor emérito e reitor interino da University California-Irvine School of Law, em prefácio sobre a Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2022.

Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2022

A relevância do levantamento e seus resultados:

- levantamento real de informações administrativas sobre a Defensoria Pública;
- dados estatísticos sobre defensores(as) públicos(as) e sobre servidores(as) da Defensoria Pública;
- informações sobre a atual distribuição territorial da Defensoria Pública;
- dados demográficos sobre os destinatários dos serviços jurídico-assistenciais;
- apresentação atualizada e consolidada das leis que regulam a Defensoria Pública em âmbitos estaduais e nacional;
- dados coletados em 2022: diagnóstico atualizado;
- pesquisa documental para a construção de análises históricas e comparativas.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO



Defensora pública Leticia Amorim durante atendimento em presídio no interior do Tocantins. Pesquisa Nacional apresenta dados sobre o trabalho e a atuação de defensoras e defensores públicos da Instituição na União, Distrito Federal e Estados, entre outras informações relevantes para análises e registro histórico

Coordenação da pesquisa pelo Condege

Estellamaris Postal - Presidente

Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior - Comissão de Pesquisa

José Fabrício Silva de Lima - Comissão de Pesquisa

Coordenação geral da pesquisa

Diogo Esteves, Edilson Santana Gonçalves Filho, Franklyn Roger Alves Silva, Júlio Camargo de Azevedo, Kazuo Watanabe, Marcus Edson de Lima, Maria Tereza Sadek e Nicholas Moura e Silva.

Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado - Maio 2022



As presidentes do Condege (E) e da Anadep (D), na mesa-diretora do Senado, durante homenagem do Congresso Nacional, realizada em maio de 2022, em referência ao Dia Nacional da Defensoria Pública e ao Dia de Defensoras e Defensores Públicos

Condege e Anadep: atuação estratégica em defesa da missão defensorial

O exercício alinhado em favor da Defensoria Pública nos Estados e da plena atuação de defensoras e defensores públicos é significativo na relação institucional entre Condege e Anadep. Potência que foi aprimorada durante a gestão 2021/2022 em atuações conjuntas diante de pautas legislativas que impactam a Defensoria Pública e também em outras frentes de trabalho, com respeito à autonomia e à missão de cada entidade, e valorizando o diálogo colaborativo.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - Julho 2021



Primeira reunião ordinária do Condege sob a gestão da Diretoria Executiva 2021/2022 contou com a participação remota da presidente da Anadep, Rivana Ricarte

Foto: Anadep / Divulgação - Maio 2022



Na sede da Anadep, Condege debateu pauta legislativa com o senador Eduardo Gomes e a deputada federal Professora Dorinha

Foto: Anadep / Divulgação - Julho 2021



Anadep, Condege e Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Tocantins (Adpeto) em atuação conjunta na Câmara Federal

Relembre essa atuação clicando aqui.



PODER DE REQUISIÇÃO: CONDEGE EM ATUAÇÃO HISTÓRICA



“Defensoria, sim!” no Supremo Tribunal Federal

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2022, que culminou na improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6852, representa garantia para a plena atuação de defensoras e defensores públicos por meio do exercício do poder de requisição; representa, ainda, o forte trabalho de articulação institucional em que o Condege atuou de forma incansável. Via Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (Gaets), o Condege e a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) ingressaram na ação como *amici curiae*.

Foto: Carlos Moura / SCO / STF



“A retirada da prerrogativa de requisição implicaria na prática a criação de obstáculo à atuação da Defensoria Pública, a comprometer sua função primordial, bem como da autonomia que lhe foi garantida”.

Ministro Edson Fachin

O julgamento

Por maioria de 10 votos a 1, o Tribunal julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencida parcialmente a Ministra Cármen Lúcia. Sessão Virtual de 11/02/2022 a 18/02/2022.

Saiba mais clicando aqui. 

Reprodução plataforma videoconferência



Audiência com o ministro Edson Fachin pela garantia da plena atuação da Defensoria

Em seu voto pela improcedência da ADI nº 6852, Fachin registrou parte dos argumentos apresentados pelo Condege e Anadep.

Reunião realizada em 08/11/2021.

Para ler a reportagem sobre o voto do Relator, clique aqui.



Atuação incansável em defesa do exercício da requisição

Acórdão na íntegra

Publicado na edição de 29/03/2022 do Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

[Clique aqui e confira o documento na íntegra.](#)

Transitado em julgado

[Clique aqui](#) e confira a certidão de trânsito em julgado emitida em 06/04/2022.

Imagens: Reprodução plataforma de webconferência



Defesa da atuação defensorial em reunião com o ministro Nunes Marques

Audiência realizada em 14/02/2022.

Relembre essa atuação clicando aqui.



Imagens: Reprodução site DPE-AC



Diretoria do Condege em audiência com o ministro Alexandre de Moraes

Audiência realizada em fev/2022.



Necessidade do exercício do poder de requisição demonstrada ao ministro André Mendonça

Audiência realizada em 15/02/2022.

Relembre essa atuação clicando aqui.



Defensores(as) públicos(as) com o ministro Luis Roberto Barroso

Audiência realizada em fev/2022.

Estudo Condege: diagnóstico nacional e fonte confiável de informação

Relatório inédito realizado pelo Condege no período de 29 de outubro a 5 de novembro de 2021 sobre o exercício do poder de requisição por membros da Defensoria Pública nos Estados. O levantamento ouviu 1.152 pessoas e foi organizado em relatório pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ). Os resultados apurados foram divulgados em novembro de 2021, na semana em que o STF iniciou o julgamento da ADI que questionou o poder de requisição dos membros da Defensoria Pública.

Atuação estratégica

O Estudo foi imediatamente levado à Corte e por sua confiabilidade e qualidade na informação, colaborou, ainda, com a ampliação do debate para além do Judiciário.

Abaixo, na reportagem de O Globo, publicada em 11/11/2021, utiliza o Estudo do Condege como fonte de informação



Requisição de informação, poder da Defensoria questionado por Augusto Aras, garante acesso à justiça aos necessitados e eficiência do sistema judicial, diz estudo inédito

Em levantamento feito pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais, 77,7% dos defensores responderam que as requisições contribuíram para a redução de judicialização de casos

Disponível aqui. 



Assistida da Defensoria Pública relata que o exercício da requisição pela Defensoria Pública é o que tem garantido o acesso à medicação necessária para o tratamento de seu filho. Reportagem exibida nacionalmente no telejornal "Jornal Hoje" em 29 e novembro de 2021

Disponível aqui. 



O Estudo foi acompanhado pelo secretário-adjunto do Condege, Rodrigo Pacheco [Rio de Janeiro]

Para 77.7% das defensoras e defensores públicos do País, o uso da requisição contribuiu para a redução da judicialização nos casos em que a medida foi utilizada.

Clique aqui e acesse o Relatório completo.



INICIATIVAS QUE FAZEM A DIFERENÇA



Atuação extrajudicial pela garantia de direitos

Iniciativa do Condege com o apoio da Defensoria Pública nos Estados, o Projeto promoveu uma ação concentrada para a realização de testes de DNA e sessões de mediação e conciliação para solução de conflitos com foco no reconhecimento de paternidade.

Rogério é padrasto de Lucas, filho de Maria Letícia (D). A família de Trindade (GO), procurou a Defensoria Pública durante a ação do Projeto para que o nome de Rogério fosse incluído na documentação civil da criança, deixando registrado no papel a relação de pai e filho que já existe entre eles

7.500 atendimentos
realizados em mais de **130 cidades** com o trabalho e dedicação de membros e servidores(as) da **Defensoria Pública** em **22 Estados**, mobilizados no **Dia D da Defensoria**.



Defensoria Pública em atuação unificada

Parlamentares apresentam projetos de lei com proposta alinhada às ações do “Meu Pai Tem Nome”

Após conhecer o projeto do Condege, a deputada estadual Cláudia Lelis [Tocantins] e o deputado estadual Pastor Oliveira [Amapá], apresentaram projetos de lei para que os cartórios de seus Estados informem à Defensoria Pública sempre que uma criança for registrada sem o nome do pai na cer-

tidão de nascimento. Na foto à esquerda, Estellamaris com Cláudia Lelis, quando a Parlamentar conheceu a iniciativa do Condege. Na foto à direita, o deputado Pastor Oliveira e membros da Defensoria do Amapá, que acompanharam a apresentação da matéria na Assembleia Legislativa.

Foto: Cléo Oliveira / Comunicação DPE-TO



Foto: Ascom DPE-AP / Divulgação



Saiba mais sobre essa repercussão, clique aqui:



Foto: Eduardo Ferreira / Ascom DPE-GO



“É um projeto que tem por objetivo, acima de tudo, fomentar e divulgar a paternidade responsável. Outro objetivo ainda é o de permitir que, ou na questão socioafetiva ou na questão de investigação genética, as famílias possam encontrar o amor e o afeto para suas relações”.

Domilson Rabelo da Silva Júnior [Goiás] -
vice-presidente do Condege.

Clique aqui para assistir à mensagem sobre o Projeto gravada pelo Vice-Presidente do Condege



Repercussão positiva sobre o atendimento às pessoas que mais precisam



Reprodução GloboPlay

O programa de TV "Profissão Repórter" acompanhou atendimentos do "Meu Pai Tem Nome".

Para ver ou rever esse trecho do programa exibido em 12/04/2022, clique aqui.



Reprodução canal TV Brasil / Youtube

TV Brasil mostrou situação de pais ausentes a partir de dados levantados pelo Condege

Clique aqui e confira.



Reprodução GloboPlay

Reportagem exibida em 17/02/2022 no telejornal Hora 1, contribuiu para a mobilização nacional no Dia D da Defensoria

Clique aqui e confira.



Reprodução GloboPlay

Reportagem veiculada no telejornal Bom Dia Brasil em 31/03/2022, colocou em debate o direito à paternidade

Clique aqui e confira.



Números de atendimentos por Estado no Dia D da Defensoria

Acre	299
Amapá	50
Amazonas	400
Bahia	155
Ceará	715
Distrito Federal	720
Goiás	150
Maranhão	502
Mato Grosso	50
Mato Grosso do Sul	302
Pará	871
Paraíba	54
Paraná	18
Pernambuco	1.003
Piauí	669
Rio de Janeiro	61
Rio Grande do Norte	198
Rio Grande do Sul	143
Rondônia	80
Roraima	321
São Paulo	75
Sergipe	215
Tocantins	446





Com a Carta da Bahia: Clodoaldo Queiroz [Mato Grosso], Rodrigo Pacheco [Rio de Janeiro], Estellamaris Postal [Tocantins] e Rafson Ximenes [Bahia] - da Diretoria Executiva do Condege - e a defensora pública-geral do Estado do Ceará, Elizabeth Chagas

Condege e Defensoria Pública antirracistas

Por deliberação unânime do Conselho Nacional, a Carta da Bahia é uma recomendação oficial do Condege à Defensoria Pública nos Estados. O documento estabelece uma lista de compromissos relacionados à implementação de políticas de cotas raciais em processos seletivos institucionais realizados pelas Defensorias Públicas.

A Carta da Bahia foi lançada em fevereiro de 2022, durante o 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas: por uma sociedade antirracista realizado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Clique aqui para ter acesso ao documento.



“O objetivo é compartilhar experiências com vistas ao aperfeiçoamento das políticas afirmativas e que, também por meio da luta que realizamos cotidianamente, a Instituição Defensoria Pública siga como referência de combate ao racismo”

Rafson Ximenes

secretário-geral do Condege e defensor público-geral no Estado da Bahia, sobre o 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas: por uma sociedade antirracista

Conheça também o
Mapa das Ações Afirmativas das Defensorias Públicas

Acesse aqui. 

RELAÇÕES POLÍTICO- INSTITUCIONAIS E OPINIÃO PÚBLICA





Diretoria Executiva do Condege recebida pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, em visita institucional do Conselho Nacional, realizada em setembro de 2021

Postura propositiva com o Poder Judiciário e entidades

Audiências públicas no Supremo

Condege presente em audiências públicas realizadas pelo STF, a exemplo do debate sobre a **implementação da figura do juiz das garantias** realizado em outubro de 2021, quando o Conselho Nacional foi representado por seu secretário-geral, Rafson Ximenes [Bahia].



Reprodução TV Justiça

Apoio ao STF e ao TSE

“(...) irrestrito apoio ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e aos seus integrantes, haja vista o seu papel de guardiões do regime democrático e da ordem constitucional. (...)”, afirma Condege em Nota Pública divulgada em agosto de 2021.

[Clique aqui e confira a Nota na íntegra.](#)

Com o Superior Tribunal de Justiça

Participação do Condege em reunião para tratativas sobre o acordo de cooperação técnica entre o Condege/Gaets e o Superior Tribunal de Justiça; e presença ativa no Fórum sobre Segurança e Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe.

Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul

Condege em reuniões do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM), a exemplo da sessão ordinária anual da Diretoria, realizada em novembro de 2021, quando foi aprovado posicionamento oficial em defesa da Defensoria Pública diante do questionamento, à época, quanto o exercício do poder de requisição por seus membros.

[Clique aqui e confira o Comunicado Oficial.](#)

Postura propositiva com o Poder Judiciário e entidades

Reprodução Youtube CNJ



Reprodução Youtube CNJ



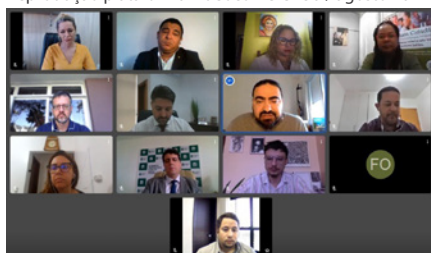
Foto: CNMP / Divulgação



Pautas com o CNJ

Condege com forte presença em iniciativas do Conselho Nacional de Justiça, com participação em audiências públicas, a exemplo da que tratou sobre a **regulamentação do tele-trabalho de magistrados** e sobre a estruturação das informações institucionais nos portais do Poder Judiciário, entre outras; no **Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância**; em reuniões diversas, como a que tratou da pesquisa de percepção da atuação do Judiciário Brasileiro e sobre mutirão carcerário no Estado do Amazonas; entre outras atividades.

Reprodução plataforma videoconferência / agosto 2021



Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil

Parcerias institucionais sempre debatidas e executadas a fim de melhorias de gestão e de atuação.

Associação Interamericana de Defensorias Públicas

Condege é membro do Conselho Diretivo da Asociación Interamericana de Defensorías Públicas (AIDEF). Entre os destaques está a aprovação do protocolo acerca da atuação conjunta das instituições defensoriais no âmbito internacional, especialmente nas questões relativas à imigração e refugiados.

[Clique aqui e saiba mais.](#) 

Condege e CNMP

Encontro de Integração do Sistema de Justiça pela Política Socioeducativa realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com a participação do Condege na mesa de debates sobre o tema "Sistema de Justiça e o Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei".

[Relembre essa atuação, clique aqui.](#) 

Organização dos Estados Americanos

Condege em atuação com o Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA).

[Clique aqui e saiba mais.](#) 

Foto: Rafael Guerra / Ascom DPE-AP



“(...) é de se colher esta singular oportunidade, para em nome dos Defensores e Defensoras Públicas-Gerais do Brasil, pugnar para que o Senado Federal não permita que logre êxito proposta legislativa mitigadora da força de trabalho da defensoria e da dignidade de seus membros, ou ainda qualquer outra proposição que desequilibre a paridade de armas no campo das funções essenciais à justiça(...)”.

Clique aqui para ter acesso ao discurso completo.



Para ver ou rever a sessão solene realizada no Senado, clique aqui.



Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado - Maio 2022

“A Defensoria Pública é força ativa da Constituição”

Estellamaris Postal em discurso no Senado, durante homenagem do Congresso Nacional à Defensoria Pública e aos membros da Instituição.

Diretoria Executiva atuante em pautas no Congresso Nacional

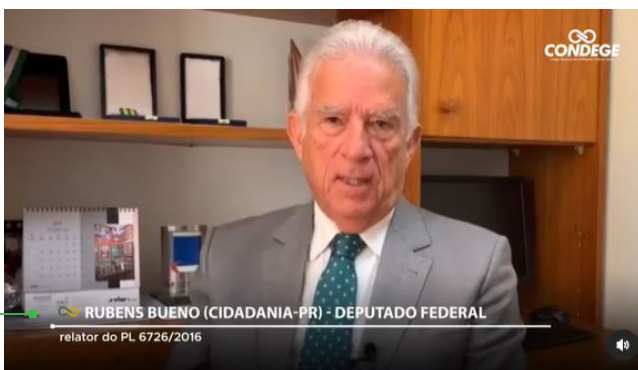
Fotos Anadep / Divulgação- ago 2021



Frente à PEC 32/2020

Diretoria Executiva do Condege e da Anadep em articulação na Capital Federal para defender a perspectiva da Defensorias Públicas nos Estados quanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, do Poder Executivo.

[Relembre essa atuação, clique aqui.](#) 



[Clique aqui e assista ao vídeo enviado pelo Relator do PL ao Condege.](#) 



PL 6726/2016

"A Defensoria Pública tem papel essencial na Justiça brasileira", afirmou o relator do Projeto de Lei 6726/2016, deputado federal Rubens Bueno. A matéria foi aprovada com substitutivo apresentado **pelo Parlamentar, que recebeu Condege e Anadep**, ouviu os argumentos em defesa da Defensoria e os considerou em seu relatório.

Imagens: reprodução Instagram Condege - jul 2021



Apoio nas tratativas

O deputado federal Carlos Gaguim executou um papel importante na articulação do Condege em Brasília frente ao PL 6726/2016.

[Clique e assista ao vídeo enviado pelo Parlamentar sobre a Defensoria Pública.](#) 

Foto: Ascom DPE-SP / Divulgação



Atenção especial às relações com os Poderes nos Estados

Foto: Ascom DPE-MA / Divulgação - ago 2021



“É uma instituição que merece todo o reconhecimento” - Disse o vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, sobre a Defensoria Pública

Relembre, clique aqui. 

Foto: Ascom DPE-AP / Divulgação - mar 2022



“A Defensoria Pública também é uma instituição que atua na busca de garantia de políticas públicas para a população” - Disse o governador do Amapá, Waldez Góes, ao prestigiar reunião ordinária do Condege, realizada em Macapá

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - jul 2021



“O trabalho que os senhores fazem tem o respeito do governo” - Do atual governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, às defensoras e aos defensores públicos-gerais, quando prestigiou a abertura de reunião do Condege realizada em Palmas (TO)

Foto: Ascom DPE-CE / Divulgação - abr 2022



Governadora do Ceará em Seminário da Defensoria - A Presidente do Condege (E) e a Defensora Pública-Geral no Estado do Ceará com a governadora Izolda Cela (D), que prestigiou em Fortaleza o seminário “Defensoria e Democracia: 25 anos de Direitos”

Foto: Ascom DPE-SP / Divulgação - out 2021



Reunião com Parlamentares de São Paulo - Diretoria executiva do Conselho Nacional de defensoras e defensores públicos-gerais durante audiência com deputados estaduais do Estado de São Paulo, na sede da Assembleia Legislativa

Foto: Ascom DPE-MA / Divulgação - ago 2021



Audiência no Legislativo do Maranhão - Diretoria Executiva do Condege e Defensoria Pública-Geral no Estado recebidas pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto

Relembre esse momento, clique aqui. 

Foto: Reprodução site Anadep / nov 2021



Agenda institucional em Pernambuco - Visita oficial à Assembleia Legislativa de Pernambuco, sendo o Condege recebido pelo presidente da Casa de Leis, deputado Eriberto Medeiros; e agenda no Palácio do Campo das Princesas com o governador Paulo Câmara

Foto: Reprodução site DPE-AC - set 2021



Executivo e Legislativo Rio Grande do Sul - Diretoria e integrantes do Condege no Palácio Piratini, sede do governo estadual, oportunidade em que foram recebidos pelo presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, deputado Gabriel Souza

Foto: Reprodução site DPE-SC - set 2021



Termo de Cooperação com TRF4 - Condege, defensoras e defensores públicos-gerais em Porto Alegre (RS) com o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Ricardo Teixeira do Valle Pereira, em reunião sobre termo de cooperação relacionado ao sistema SEI



“As nossas Defensorias (...), cada vez mais, transformam o jeito de se comunicar e isso é muito positivo, pois atinge principalmente o cidadão mais necessitado”.

Rodrigo Pacheco

secretário-adjunto do Condege e defensor público-geral no Estado do Rio de Janeiro, ao representar o Conselho Nacional no II Seminário Online de Comunicação e Justiça.

Saiba mais, clique aqui. 

Comunicação com transparência, inovação e resultados

A credibilidade do Condege e da Defensoria Pública nos Estados é uma potência nas relações públicas do Conselho Nacional, o que obteve atenção especial da gestão 2021/2022.



condege_brasil



condege

Fotos: Reprodução GloboPlay



O trabalho da Defensoria Pública no Brasil foi tema do programa Profissão Repórter na edição de 17/05/2022, exibido na Semana da Defensoria Pública, a partir de exemplos da atuação da Instituição no Tocantins (E), Goiás e Maranhão (D). Um importante

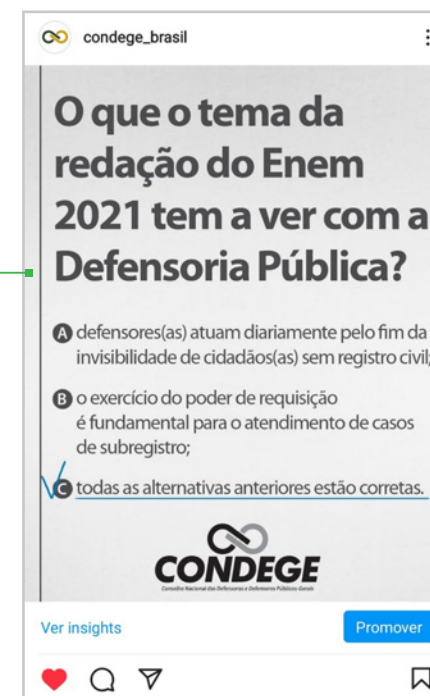
espaço nacional sobre a atuação da Defensoria Pública nos Estados que foi possível pela relevância da Defensoria no sistema de Justiça e na prestação de assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade às pessoas hipossuficientes.

Assista à edição do programa, clique aqui.



Outros destaques

- Nova linguagem e abordagem nas **redes sociais do Condege**, evidenciando as atuações da Defensoria Pública nos Estados;
- Conteúdo que informa e gera valor: mais de 150 reportagens sobre a atuação do Condege produzidas para o site do Conselho Nacional e base de conteúdo para a imprensa;
- Publicações colaborativas e ordenadas a fim de que a atuação do Condege nas mídias sociais seja não apenas interessante, mas também estratégica;
- Crescimento de 69% no Instagram, principal rede social do Condege.



COMISSÕES ESPECIALIZADAS



Foto: Eduardo de Oliveira / Divulgação

Um trabalho focado em estudos e no aprimoramento

Instituídas pelo Colegiado Pleno para estudo de matéria específica, as comissões especializadas têm o objetivo de congregar defensoras e defensores públicos em atuação na área específica, visando a troca de experiências, o aprimoramento profissional e o fortalecimento da atuação institucional, buscando a formaliza-

ção de projetos e a elaboração de propostas de atuação.

Por meio de Notas Técnicas, promoção de debates ou seminários, entre outras iniciativas, as Comissões do Condege têm ocupado espaços relevantes com atuações propositivas e atentas à necessidade de novas atuações.

Clique aqui e conheça os enunciados das comissões.



Conheça as comissões

- | | |
|---|---|
| I. Comissão Criminal Permanente; | VI. Comissão de Conciliação e Mediação; |
| II. Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente; | VII. Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; |
| III. Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher; | VIII. Comissão de Defesas dos Direitos do Consumidor; |
| IV. Comissão Especializada de Saúde Pública; | IX. Comissão Nacional de Execução Penal; |
| V. Comissão das Escolas Superiores e Centros de Estudos das Defensorias Públicas; | X. Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias; |
| | XI. Comissão de Tecnologia; |
| | XII. Comissão Especializada em Atuação nos Tribunais. |

Foto: crédito: Ascom DPE-MT / Divulgação



Defensor público-geral no Estado do Mato Grosso, Clodoaldo Queiroz é coordenador geral das Comissões do Condege

Ações em destaque das Comissões

reprodução YouTube Condege



Debate com o tema “Defensoria também é Athis” durante o III Fórum Nacional do Br Cidades, realizado em setembro de 2021. Mesa-redonda organizada pela Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Condege

reprodução YouTube CNJ



Comissão Nacional de Execução Penal do Condege no lançamento da pesquisa “Monitoração eletrônica criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil”, realizada pelo CNJ em novembro de 2021

reprodução YouTube CNJ



Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente do Condege em painel de debates no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizado em maio de 2022 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

reprodução YouTube Condege



Webinário “15 anos da Lei Maria da Penha” diálogos, realizado pela Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher com apoio da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Outras iniciativas

- Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor em atuação durante a 6ª reunião do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), realizada em dezembro de 2021;
- Interrogatório de adolescentes em conflito com a lei é pauta na Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente.

[Relembre essa atuação, clique aqui.](#)

- Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana faz chamamento público para que a sociedade civil colabore com a construção da proposta de Protocolo de Atuação em Direitos Humanos e Atenção Psicossocial em Saúde Mental / Álcool e outras Drogas.

[Clique aqui e saiba mais.](#)

Relatório de gestão da Diretoria Executiva 2021 / 2022

**Produzido pelo Conselho Nacional das Defensoras e
Defensores Públicos-Gerais (Condege) – junho 2022**

Pesquisa: **Renato Augusto Marinho de Carvalho**

Textos e edição geral: **Cléo Oliveira**

Pesquisa de fotos: **Cléo Oliveira e Patrícia Ströher**

Fotos: **acervo da Defensoria Pública nos Estados; acervo Condege; e banco de imagens**

Projeto gráfico e diagramação: **Vinicius de Sá**

Revisão ortográfica: **Kaline Fortaleza**

Revisão de conteúdo: **Débora Cristina Ferreira**

Apoio: **Defensoria Pública do Estado do Tocantins**

condege.org.br



condege.org.br